

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

O DECLÍNIO DAS UTOPIAS SOCIALISTAS NO SÉCULO XX

uma crise terminal?

Daniel Aarão Reis Filho
Universidade Federal Fluminense

As evidências apontam para a crise terminal. Os socialistas e o socialismo aparecem, cada vez mais, como uma espécie em extinção, dinossauros atingidos pelo meteoro que desmoronou os muros que tentaram — sem sucesso — isolá-los e protegê-los do vírus do capitalismo.

A desagregação do socialismo contemporâneo faz lembrar a conhecida teoria do dominó, que o Estado norte-americano enunciava como um espantalho, nos anos 70, a propósito do sudeste asiático. Segundo os estrategistas do Pentágono, se o exército norte-americano deixasse o Vietnã, a “perda” deste país seria acompanhada, inevitavelmente, e em seqüência, pelos vizinhos próximos e distantes, que tombariam, como pedras alinhadas de um jogo de dominó.

A teoria do dominó não se realizou no sudeste asiático. Como os analistas mais sensíveis às realidades já previam, triunfaram apenas as revoluções de libertação nacional de profundas raízes sociais, graças, aliás, em grande medida, à crueldade e à insanidade com que se moveram os norte-americanos na região.

Entretanto, quase quinze anos depois, a teoria do dominó teria uma surpreendente concretização no universo do sistema socialista. Polônia-Hungria-Tchecoslováquia-República Democrática Alemã-Romênia-Bulgária-Albânia, as pedras foram se derrubando umas às outras, numa progressão que deixou perplexos os serviços de informação, os estados-maiores e os mais tradicionais especialistas e centros de pesquisa e estudos. A rigor, embora não devidamente anotado na época, a primeira pedra começara a cair, quase sem estardalhaço, em Pequim, desde 1978, quando se inicia a grande virada das “modernizações”, que iria transformar a China comunista num imenso tigre asiático, solto à procura do capitalismo e à caça do lucro.¹

1 Não faltaram textos, na época, anunciando a restauração do capitalismo no Império do Meio, mas poucos viram o processo como o prenúncio de um

Quando o mundo ainda se refazia da surpresa da queda do muro de Berlim, a grande União Soviética, onde existiria um inexpugnável regime totalitário, caracterizado pelo Estado todo-poderoso, pela atomização da sociedade do consenso apático e pelo congelamento do tempo, começou também a ruir, transformando-se num colossal dominó. O aparente monólito se desagregaria numa velocidade de carro desgovernado em ladeira íngreme, encadeando-se as pedras em sua queda: Armênia-Azerbaijão-Lituânia-Letônia-Estônia-Geórgia-Ucrânia-Rússia-Bielorrússia, etc., etc., etc². Em dezembro de 1991, não restou a Gorbatchev senão assinar o atestado de óbito. A resistência do “dernier carré”, formado pela dinastia dos Kim na Coreia do Norte, por um Fidel Castro que teima em sobreviver a si mesmo, e por alguns pequenos partidos comunistas espalhados pelo mundo é mais patética do que heróica.

O desastre foi contagiante, arrastando em sua esteira até mesmo as propostas alternativas, sugerindo a imagem de uma grande árvore que arrasta em sua queda as vizinhas, pela profunda ramificação de suas raízes. A social-democracia internacional, limitada à administração do capitalismo, vive os estertores de uma difícil crise de identidade³. O trotskismo, que associou a desagregação da União Soviética à Revolução prevista pelo Profeta nos anos 30, não entendeu que os mandarins vermelhos eram os principais agentes e beneficiários do processo⁴. Até o socialismo cristão encolheu, sob as injunções da Igreja Oficial que emudeceu a outrora ativíssima Teologia da Libertação⁵.

O paradoxo, como recorda Hobsbawn⁶, é que este processo acontece quando, precisamente, o capitalismo evidência seu caráter perverso e predatório. Mesmo os países mais ricos, apesar do descomunal potencial produtivo, não conseguem assegurar sequer o emprego para sua população. A

movimento mais vasto no espaço e no tempo, como primeira pedra de um dominó mais amplo. Cf., entre outros, Charles Bettelheim, *Questions sur la Chine après la mort de Mao Tsé-tung*, Paris, 1978; e Jacques Gravereau, *La Chine, après L'Utopie*, Paris, 1983.

- 2 Na contra-corrente das aparências, houve autores que estudavam a hipótese da desagregação da União Soviética. Cf., H. Carrère d'Encausse, *L'empire éclaté*, Paris, 1971.
- 3 O suicídio de P. Bereaugovoy, ex-primeiro-ministro do PS francês, depois da catastrófica derrota eleitoral de 1992, foi o símbolo dramático da desorientação que marca o socialismo de administração.
- 4 Cf., entre outros, o estudo de Boris Kagarlistki, *A desintegração do monólito*, São Paulo, 1993.
- 5 A exclusão de Leonardo Boff, afinal conseguida, depois de uma infernal combinação de pressões e proibições, é mais do que reveladora.
- 6 Eric Hobsbawn, “Adeus a tudo aquilo”, in Robin Blackburn, org., *Depois da queda*, Rio de Janeiro, 1992, pp. 93-106.

frustração, a insegurança e o temor promovem surtos de intolerância e rancor que deságuam na ressurreição e crescimento de movimentos nacionalistas chauvinistas ou/e claramente fascistas. O mal chamado Terceiro Mundo, sem desaparecer, deu lugar ao Quarto, ao Quinto e ao Sexto Mundos, todos vergados sob o peso da dívida internacional, transformados em exportadores líquidos de capital e produtores em massa de fome e miséria. A nova ordem internacional, de paz e harmonia, que sucederia ao mundo bi-polarizado da guerra fria, antes mesmo de se esboçar, converteu-se numa caricatura de si mesma, dando lugar a guerra civis, genocídios e massacres que se sucedem alegremente, devidamente registrados, em cores e ao vivo pelas redes internacionais de televisão.

Como, então, compreender o processo de enfraquecimento das propostas socialistas neste final de século? Ausência de lideranças à altura dos novos desafios? Inconsequência dos partidos comprometidos com o socialismo? Desmoralização provisória, devida ao abalo causado pelo terremoto da desagregação da URSS? Envelhecimento de idéias básicas que já não dão conta de novas demandas e realidades político-sociais?

Dada a profundidade da crise, tudo indica que a reflexão não poderá se ater apenas à superfície dos fenômenos, à caracterização de “erros” ou “equivocos” de partidos ou lideranças particulares. É necessário, para se poder começar a pensar em alternativas, reavaliar as bases históricas dos projetos socialistas contemporâneos. Tentemos passar em revistas as mais importantes, considerando a sua atualidade e sua capacidade, enquanto proposta de superação do sistema capitalista triunfante.

O socialismo contemporâneo em questão

O messianismo operário

Será difícil negar que um dos pressupostos essenciais do socialismo contemporâneo, a sua pedra de toque, residiu, desde meados do século XIX, numa confiança ilimitada no potencial e na capacidade revolucionária da classe operária industrial.

Até as correntes socialistas críticas ao marxismo e a suas diversas variantes, sempre depositaram grandes esperanças no operariado e/ou nos trabalhadores manuais, e o mesmo ocorreria com tendências revolucionárias “heterodoxas” que, por circunstâncias específicas, acabaram privilegiando os camponeses (maoísmo) ou os “malditos” do campo e da cidade (terceiro-mundismo revolucionário), sem, no entanto, deixar de lidar com a referência central da classe operária, embora na prática, fosse evidente, nestes casos, o contraste entre o que diziam e o que faziam. Por suas características

intrínsecas, por sua inserção particular no modo de produção capitalista, os operários, filhos legítimos do capitalismo, estavam destinados a ser a classe emancipadora/redentora da humanidade, os coveiros do capitalismo.

A tese apoiava-se na combatividade demonstrada pelos operários dos países capitalistas da Europa Ocidental, que protagonizaram ou participaram ativamente de inúmeras tentativas revolucionárias ao longo do século XIX, no contexto da primeira revolução industrial promovida pelo capitalismo. A Comuna de Paris se afirmou como o paradigma histórico do período. Depois, até a I Grande Guerra, e nos anos imediatamente subsequentes, já no quadro da segunda revolução industrial, a classe operária de diversos países, sobretudo na Rússia e na Alemanha, demonstraria, mais uma vez, um vigor e uma generosidade que pareciam confirmar a solidez das análises e o fundamento das esperanças. Entretanto, e desde aquela época, a história não confirmava as previsões, principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra (sem falar no Japão e na Escandinávia), onde imensas classes operárias revelavam uma certa falta de apetite, ou mesmo uma clara inapetência revolucionária.

As décadas seguintes, apesar das gigantescas turbulências das crises econômicas e da II Guerra Mundial, não registrariam mais movimentos revolucionários operários nos países capitalistas avançados. A problemática da classe operária traída, tão cara aos revolucionários russos e ao movimento comunista internacional não resistiu à prova do tempo. Ou a classe operária não era capaz de enxergar que estava sendo traída, e neste caso dificilmente poderia se candidatar à direção da revolução, ou, simplesmente, tinha abandonado a perspectiva revolucionária. Em qualquer hipótese, tornava-se difícil sustentar que dela dependia a salvação da humanidade.⁷

Mais recentemente, no curso da terceira revolução industrial, não apenas a classe operária continuou demonstrando incapacidade em promover, ou dirigir um movimento radical de transformação do capitalismo, mas também passou a conhecer um processo de declínio político, social e até mesmo físico. Em outras palavras, não tendo sido capaz de destruir o capitalismo, a classe operária está sendo, literalmente, desintegrada pelo sistema. Mineiros, metalúrgicos, ferroviários, tecelões, setores que constituíram a ossatura básica da classe operária das duas primeiras revoluções industriais, “consciência e glória” do socialismo contemporâneo, estão, a cada ano, perdendo substância e peso social relativo nas sociedades capitalistas avançadas. Isto não quer dizer que os operários não possuem mais condições de se revoltarem contra o

7 Para uma análise da trajetória do movimento operário dos países capitalistas avançados, onde se evitam anátemas superficiais e messianismos tradicionais, cf. Adam Przeworski, *Capitalismo e Social-Democracia*, São Paulo, 1989.

sistema dominante, ou que deixaram de ser um componente importante nas sociedades contemporâneas. O que se evidencia, porém, é que se torna cada vez menos possível sustentar o tradicional messianismo revolucionário da classe operária.

Em questão, portanto, *o agente*, por excelência, da revolução socialista.

O colapso do sistema industrial tradicional

Associada à concepção messiânica a respeito da classe operária, e, em consequência, houve uma tendência, nem sempre involuntária, e largamente hegemônica no movimento socialista contemporâneo, de supervalorizar a existência e o desenvolvimento do processo de industrialização, segundo parâmetros e dispositivos caros ao capitalismo.

Assim, estabeleceu-se um sinal de igualdade entre industrialização, de um lado, progresso e modernidade, de outro. Alcançar uma industrialização desenvolvida e sua correlata, uma poderosa classe operária, passaram a ser objetivos a serem atingidos a todo custo, ou seja, a qualquer custo⁸. Nem que para isto fosse necessário recorrer a métodos de organização de trabalho desenvolvidos pelo sistema que se queria destruir, como foi o caso da aplicação às condições soviéticas do taylorismo⁹. Ou a procedimentos de destruição do meio-ambiente e dos agentes envolvidos no processo de produção, no caso, os próprios operários.

Não se trata de discutir até que ponto, nas condições em que se deu a decolagem industrial nos países socialistas, seria possível “reinventar” um modo alternativo de industrialização, embora este debate seja de capital importância para a compreensão dos rumos que acabaram tomando os países envolvidos na experiência histórica do “socialismo real”. Na União Soviética dos anos 20, na China dos inícios da Revolução Cultural, na Cuba dos anos heróicos do triunfo da revolução, muita tinta correu a respeito do assunto. O fato que se quer evidenciar, independentemente de correntes alternativas derrotadas, é que a concepção mesma da revolução socialista passou a ser correlacionada a um sistema industrial desenvolvido, nos moldes do que se afirmou ao longo das duas primeiras revoluções industriais capitalistas.

8 Basta conferir a “imagética” dos socialistas e comunistas que, apesar de suas diferenças, sempre exaltarão em posters, filmes, etc. a figura das grandes chaminés fumegantes, símbolos de futuro e de sociedades baseadas na abundância. Cf., para o caso soviético, *The Soviétic political poster, 1917-1980*, Moscou, 1984; e *Les affiches de la Glasnost et de la Perestroika*, Paris, 1989.

9 Cf. Robert Linhart, *Lénin, os camponeses e Taylor*, São Paulo, 1983 e L. M. Rodrigues, “Lénin e o problema da burocracia na URSS”, in L. M. Rodrigues, *Partidos e Sindicatos*, São Paulo, 1980, pp. 77-104.

Ora, é exatamente este sistema que está sendo colocado em plano secundário pela terceira revolução industrial dos anos 70 e 80. No momento em que os países capitalistas avançados tratam de “exportar” para o Terceiro Mundo as minas e as chaminés poluídas das tradicionais indústrias metalúrgicas e têxteis, torna-se difícil ver nelas as bases econômicas de uma proposta de superação do capitalismo.

Em questão, assim, a base econômica das concepções socialistas contemporâneas.

O declínio do Espaço Nacional

Apesar da retórica internacionalista e dos compromissos explícitos em favor de uma revolução internacionalista, derivados da compreensão teórica de que o sistema capitalista só poderia ser derrotado como um bloco, ainda que em vagas e em momentos sucessivos, o movimento socialista contemporâneo, desde meados do século XIX, rendeu-se à evidência do *fato nacional*. Tratava-se de uma condição indispensável para o “fazer” político, sobretudo nos países capitalistas avançados.

A desintegração da Internacional Socialista, frente aos desafios da I Grande Guerra, em 1914, considerada com mais ou menos severidade, como uma “traição” (comunistas), ou como uma “rendição” à inevitável realidade (socialistas), não anulou a absorção do socialismo pelo fato nacional embora, curiosamente, a questão não tenha despertado um interesse teórico digno de sua importância prática¹⁰. O processo afirmou-se com tanto vigor que, em determinados momentos, os socialistas e os comunistas transformaram-se em incontestáveis lideranças de movimentos nacionalistas. Não por acaso, alguns países socialistas, nos anos 60 e 70, envolveram-se em conflitos territoriais, ou mesmo guerras limitadas, onde, sob a frase revolucionária, emergia, nítido, o interesse nacional (URSS x China Popular, Vietnã x Camboja, entre outros).

Tudo indica que o movimento socialista (em suas diversas variantes, sobretudo aquelas que assumiram uma certa relevância histórica), ao privilegiar o espaço nacional foi, sem dúvida sensível às demandas do tempo. O século XX, ao contrário das previsões de muitos internacionalistas, acabaria passando à História como um século “nacional”, ou seja, em que esta questão continuou sendo de importância decisiva. Claro, os mais ortodoxos podem questionar se, por isto mesmo, o socialismo, como proposta, não estaria inviabilizado. O que interessa, entretanto, ressaltar aqui é a associação que se

10 Cf. o importante trabalho de G. Haupt e M. Lowy a propósito do assunto: *Les marxistes et la question nationale*, Paris, 1974.

constitui entre movimento socialista e espaço nacional. Assim, e em consequência, embora prestando tributos regulares ao “internacionalismo revolucionário ou proletário”, cada movimento socialista fixava suas estratégias e táticas em termos do poder nacional respectivo.

É este espaço nacional, exatamente, que se encontra em crise. Apesar dos surtos mortíferos de nacionalismo, na Europa Central, na área da ex-URSS, na África e na Ásia, e na própria Europa Ocidental, as tendências mais dinâmicas do mundo atual, regido pela terceira revolução industrial, apontam no sentido da consolidação dos grandes conglomerados e empresas internacionais, dos megamercados, dos comitês supra-nacionais (G-7 e G-8) e dos empreendimentos e propostas multinacionais. Isto não quer dizer que o fato nacional tende ao desaparecimento rápido. Ao contrário: muito sangue ainda será derramado em nome da pátria e do pavilhão nacional. Por outro lado, haverá um combate encarniçado — e saudável — contra a estandartização e a uniformização “cinzentas” que os centros internacionais de poder tentarão imprimir, segundo seus interesses, à diversidade do mundo. Entretanto, do ponto de vista da superação do capitalismo, as lutas nacionais precisam, cada vez mais, de articulações internacionais, sob o risco de se transformarem em propostas de mera administração do capitalismo retardado. Em outras palavras: num mundo de crescente e rápida internacionalização, a qualidade dos propostas políticas tende a ser aferida, cada vez mais, pelo seu alcance internacional. Se a tese é válida para o sistema capitalista, muito mais o será para os que pretendem superá-lo.

Em questão o *espaço nacional*, onde se constituíram e consolidaram os movimentos socialistas contemporâneos.

A crise da economia estatizada de comando

Já se vão longe os tempos em que a economia estatizada de comando servia de parâmetro e de referência para o mal chamado mundo subdesenvolvido. Embora ela tenha desempenhado um papel decisivo na decolagem industrializante da URSS (anos 30 e 40) e, em menor escala, na China comunista dos anos 50, a crítica dos próprios comunistas, desde os anos 50, a análise, para além da propaganda, da performance real dos progressos alcançados e, por fim, a desintegração do socialismo realmente existente, nos anos 80, revelaram as insuficiências e as carências do estatismo centralista, regido pelo Plano onipresente e onisciente.

Esta apreciação, de modo algum, é cúmplice das propostas neo-liberais de desmantelamento descriterioso da política de intervenção estatal no desenvolvimento econômico. Os exemplos da Europa Ocidental e do Japão, onde a

intervenção do Estado foi, e segue sendo, decisiva, para assegurar o crescimento econômico, a falência, a *contrário*, dos planos mirabolantes dos *golden boys* do FMI para os ex-países socialistas e o próprio declínio político do neo-liberalismo nos países capitalistas avançados, são evidências suficientes, salvo para os partidários do cretinismo liberal retardado, ainda em voga em alguns países do Terceiro Mundo, de que, em sociedade complexas, num mundo cada vez mais internacionalizado e competitivo, a *mão invisível do mercado*, como sempre, favorece os interesses imediatos do mais forte.

Se uma sociedade complexa não prescinde da intervenção estatal, a tradição do modelo soviético é exemplar no sentido de mostrar que ela se torna ingovernável e inadministrável sob o plano centralista, salvo a um custo desproporcional, e sob risco de esclerosamento¹¹.

Ora, não é segredo para ninguém que as propostas socialistas contemporâneas, sobretudo comunistas, mas não só, integraram em seu universo uma perspectiva estatizante, a ponto de fazer dela uma viga essencial do seu pensamento econômico. Houve razões, e poderosas, para o fenômeno: a tradição *estadista* das classes populares em inúmeras sociedades, que procuraram no Estado proteção contra a sanha mesquinha e arbitrária dos capitalistas; a desconfiança dos movimentos socialistas em relação à sociedade, e as concepções *administrativas*¹² do socialismo, daí decorrentes; as concepções industrializantes dos socialistas, acima caracterizadas; as dificuldades estruturais de promoção do desenvolvimento industrial num contexto internacional hostil, etc., etc. Não faltam razões à hegemonia da chamada economia de comando, que, como se disse, chegou a ter uma certa eficácia. Sua falência hoje, entretanto, é indiscutível.

Em questão, a crise de uma receita considerada infalível para assegurar a decolagem de países atrasados, a alternativa do *Plano onipresente e onisciente*.

O questionamento das formas tradicionais de representação

Durante décadas, a negligência quanto à questão democrática marcou o socialismo contemporâneo, principalmente os comunistas. Liberdades democráticas, ou “formais”, eram associadas a mecanismos políticos burgueses. A história da construção do socialismo na União Soviética foi determinante para

11 Cf. Alec Nove, *A economia do socialismo possível*, São Paulo, 1988; J. Sapir, *L'économie mobilisée: essai sur les économies de type soviétique*, Paris, 1990; e B. Chavance, *Les réformes économiques à l'Est*, Paris, 1992.

12 Cf. J. Habermas, “Que significa socialismo hoje?”, in *Novos Estudos CEBRAP*, nº 30, julho, 1991, pp. 43-67.

este tipo de reflexão, desde a polêmica entre Lênin e Kautsky sobre democracia, ditadura e revolução¹³.

Na realidade, partidos e sindicatos, e as liberdades de organização partidária e sindical, que se constituiriam em instituições fundamentais da mal chamada democracia “burguesa”, foram, em larga medida, conquistada pela luta encarniçada do movimento operário e, em parte, socialista. Ou seja, as formas de representação da democracia contemporânea têm a ver com o movimento socialista, embora seja um exagero afirmar que existam apenas graças à sua luta. Com o tempo, os partidos tornaram-se instituições tão importantes, que se candidataram a monopolizar a representação dos interesses sociais.

No movimento socialista, criou-se a tradição, muito antes do marxismo russo ter qualquer tipo de relevância internacional, de que a classe operária, dado o seu monolitismo pressuposto que dispensaria o exercício da demonstração, seria representada por apenas um partido, o autêntico, os demais não passando de meras imitações, ou “infiltrações” de ideologias estranhas. Assim, o quadro da ideologia do partido único soviético já estava desenhado muito antes do nascimento do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR). Mas o que interessa aqui é sublinhar, de um lado, a vinculação entre socialismo e democracia, e, de outro lado, o entrelaçamento, íntimo, entre a tradição do movimento socialista e as formas partidárias e sindicais de representação. Eram instituições tão importantes para o universo ideológico dos socialistas que, mesmo na URSS dos anos 30 e 40, auge do Estado de Exceção, não deixaram de ser ritualmente referidas, embora, na prática, totalmente esvaziadas e sem nenhum poder efetivo. Do mesmo modo, nas lutas de libertação nacional dirigidas pelos comunistas chineses e vietnamitas, embora a forma partido da tradição socialista europeia já estivesse completamente redefinida, devido às particularidades impostas pelas realidades nacionais, continuariam, entretanto, a ser declamadas e declaradas, como se não houvesse especificidades a registrar.

A luta política, considerada a mais “nobre” e “globalizante”, deveria ser, necessariamente, associada ao partido, “instrumento” mais alto, reunindo os “melhores” e mais conseqüentes, porque responsável pela estratégia decisiva, a da tomada do poder, condição indispensável para a promoção do processo de transformação socialista. Tornou-se banal a noção de que um verdadeiro

13 Os comunistas, naturalmente, só conheceriam da polêmica o famoso, e furibundo, texto de Lênin, *A ditadura do proletariado e o renegado Kautsky*, onde se exaltava o caráter democrático “proletário” da revolução russa, em nítida contradição, já na época, com os fatos.

democrata deveria ser um “homem de partido” e, assim, atacar os partidos significaria conseqüentemente atacar a democracia.

Este universo estabeleceu-se por décadas, constituiu uma sólida tradição, mas veio sendo lentamente corroído pelo fenômeno que hoje todos chamam e reconhecem pelo nome de “crise de representação partidária”. Na verdade, esta crise, que é universal, vai além dos partidos e atinge o conjunto das instituições representativas, incluindo, é claro, os sindicatos.

Partidos e sindicatos tornaram-se, na atualidade, e em toda a parte, fantasma do que foram. Embora ainda não ameaçados de morte iminente, tendem a perder a centralidade que adquiriram desde meados do século XIX. Não atraem, nem articulam, nem mobilizam, como o faziam, pelo menos até os anos 50 deste século. Passam por um processo de definhamento e atrofia que muitos consideram irreversível, embora quase ninguém consiga ver com clareza de que modo, e em torno de quê, se estruturarão, no futuro, as democracias, se conseguirem chegar ao futuro.

Em questão, assim, as *propostas organizacionais*, por meio das quais ganharam corpo e vida os movimentos socialistas contemporâneos.

Ciência e História: determinação e previsibilidade. A cultura política da produção e do trabalho.

A teoria da revolução socialista foi elaborada por Marx no contexto dos progressos científicos que marcaram a segunda metade do século XIX. Foi um período de triunfo da Razão e do racionalismo, que pareciam invencíveis e destinados, inexoravelmente, a triunfar das Trevas da Ignorância, cumprindo o programa universal das Luzes. Mais tarde, e já no quadro da segunda revolução industrial, seria codificada e vulgarizada por Engels¹⁴ e por outros teóricos e ideólogos da social-democracia internacional, entre os quais, e principalmente, K. Kautsky. A proposta, neste segundo momento, adquiriu aspectos claramente evolucionistas, influenciada pelos progressos registros no mundo das ciências físicas e biológicas.

A marca registrada desta teoria, que impregnou dezenas de milhões de militantes do socialismo, nos quatro cantos do mundo, ao longo do século XX, foi a compreensão de que a História da Humanidade e também as atividades políticas poderiam ser pensadas em termos científicos.

Tratava-se, neste sentido, e em primeiro lugar, de recusar explicações extra-humanas, metafísicas e “providenciais”, ainda largamente dominantes

14 Cf. F. Engels, *O Anti-Duhring*, manual clássico do marxismo, difundido na época da Internacional Socialista, e, posteriormente, pelo marxismo russo e pelo conjunto do movimento comunista internacional.

na época. Em seguida, e numa perspectiva positiva, estudar o movimento da História, descobrir suas leis, interpretá-las e pautar a atividade política segundo suas determinações. Assim, a prática política deixaria de ser movida por opções meramente subjetivas ou por impulsos fundamentados no desejo, para se transformar num plano de ação, fundamentado em critérios científicos. Conhecendo as leis da História, os socialistas poderiam guiar-se como os navegadores com seus instrumentos. O emaranhado dos acontecimentos, equivalentes às procelas dos oceanos, não os afastariam do rumo, dado pela teoria: a revolução socialista.

Tornou-se um lugar comum a afirmação, e a confiança, de que o “mundo caminhava (ou marchava, segundos os adeptos de uma proposição mais marcial) para o socialismo. Não se tratava de um mero desejo, embora também o fosse, mas uma *previsão*, baseada, não apenas na vontade, embora ela também fosse exercida, e com a última energia, mas na *determinação*.

Houve, é claro, alternativas socialistas à teoria marxista e às suas vulgarizações, cada vez mais científicistas. Entretanto, as duas grandes correntes políticas do socialismo contemporâneo, a social-democracia internacional, fundada em 1889, e o movimento comunista, em 1919, se articulariam, basicamente, em torno da transformação da história e da política numa ciência. O fim do capitalismo, agonizante desde fins do século XIX, era uma certeza científica. A confiança inabalável neste objetivo/pressuposto constituiu um fator essencial na mobilização e coesão dos partidos e exército que enfrentaram o capitalismo e suas manifestações até os anos 80 deste século.

Não gratuitamente os partidos socialistas e comunistas assumiram uma visão autoritária do fazer político. A “cientifização” da política conduziu-os neste sentido, sobretudo quando, de antemão, se definiam (ou se autodefiniam) como os que monopolizavam o saber científico.

O núcleo destas concepções seria defendido por muros de intolerância e de severidade, e não foi uma caricatura casual o fato de que o Estado soviético, desde os anos 50, condenaria como capitalistas e degeneradas as pesquisas científicas nos campos da genética mendeliana e em todos os ramos da ciência que trabalhavam com a noção da indeterminação como, por exemplo, a física quântica e o cálculo das probabilidades¹⁵. O evolucionismo determinista acusaria o golpe, como acusou, resultante dos progressos destas ciências.

15 Tornaram-se célebres as perseguições desencadeadas no quadro da *Jdanovschina*, vasto processo de expurgos, depois da II Guerra Mundial, que atingiu cientistas, professores, pesquisadores e intelectuais em geral. Cf. N. Werth, *Histoire de l'Union Soviétique*, Paris, 1992, pp. 356-361.

O programa das Luzes, apenas parcialmente cumprido, sofre hoje os ataques combinados de diferentes vagas de irracionalismo pós-moderno, entre as quais ressurgem o ovo da serpente fascista, novamente em gestação. Resgatar e atualizar aquele programa não pode significar qualquer nostalgia em relação ao padrão evolucionista cientificista do socialismo contemporâneo. A História, para o bem ou para o mal, não “caminha”, nem “marcha”, como queriam os ortodoxos mais marciais, ela é feita por homens e mulheres de carne e osso, zigzagueia, avança e retrocede, segundo a avaliação, positiva ou negativa, que as pessoas envolvidas possam formular. O seu rumo não está garantido, como a morte, mas é imprevisível, instável e inseguro, como a liberdade.

Em questão, os *paradigmas cientificistas e evolucionistas* do socialismo contemporâneo que estabeleceram a conversão da política em ciência. Eles estabeleceram os fundamentos de *uma cultura política baseada na produção e no trabalho*.

Certo, os mais críticos, durante décadas, denunciaram como anomalias monstruosas as propostas de introdução do taylorismo como método de organização do trabalho nas fábricas soviéticas. O fato de que elas eram veiculadas por Lênin, em pessoa, causava espanto, mas, enfim, até os gênios podiam cometer equívocos. Outros consideravam inaceitável o lema soviético dos anos 30: “A técnica decide tudo”, mas o atribuíam às trevas stalinistas.

Estas manifestações extremas não podem, entretanto, ocultar o fato de que elas não são mais do que expressões de uma cultura política, assumida com grande conseqüência pelo socialismo contemporâneo, e que se concretizam, sobretudo, quando os socialistas chegam ao governo (social-democratas), ou ao poder (comunistas).

De fato, a análise das experiências socialistas de gestão da sociedade evidencia a incapacidade em construir uma alternativa radical de “modo de ser e viver”. Talvez não tenha sido possível, historicamente, construir esta alternativa, embora a existência de movimentos e tendências, em vários momentos e lugares, atestem, pelos menos, que era possível pensá-la. E que, se não tivessem sido reprimidos, e eliminados, uma outra história poderia ter sido escrita. De qualquer modo, o que predominou foi o culto da produção e do trabalho, e os movimentos socialistas cedo começaram a se assemelhar a uma variante do capitalismo.

Nada mais expressivo, neste sentido, do que a consulta às representações visuais, ou audiovisuais, autorizadas pelo Estado (posters, fotografias de propaganda, cinema, etc.). O lugar central ocupado pela fábrica, as chaminés fumegantes, a exaltação do trabalho e do trabalhador manual, a caça desesperada aos resultados quantitativos, as famosas metas de produção, os trabalhadores de choque, o movimento stakhanovista, a idéia de “alcançar e

ultrapassar” os países capitalistas, os saltos para a frente, a “emulação” socialista, os heróis socialistas do trabalho, referências essenciais do universo ideológico de uma proposta que afirmava (inconscientemente?) aspectos nucleares do capitalismo agonizante que pretendia superar.

Ao subordinar sua perspectiva à idéia de “produzir mais”, ao eleger o aspecto quantitativo como critério de aferição da qualidade, ao colocar a produção de bens materiais como valor mais alto, e central, ao figurar a chaminé fumegante como modelo de sociedade de futuro, o socialismo produziu depredando, e exaltou o trabalho e a produtividade em detrimento do trabalhador.

Não se trata, apenas, de mudar de tática, ou de estratégia, mas das de questionar, para mudar, uma *cultura política*.

A reinvenção de uma terceira margem

O socialismo contemporâneo encontra-se, certamente, numa crise terminal. Trata-se de, parodiando o grande revolucionário do começo do século, “repensar, repensar, repensar”. As bases sociais, econômicas, políticas, teóricas, culturais de um projeto que pretendeu ultrapassar o capitalismo, e foi por ele absorvido, não se sustentam mais e não podem mais sustentar uma proposta alternativa radical.

Condenados à reinvenção, os que ainda não se renderam têm a vantagem do “*day after*”: os horizontes estão despejados da hipoteca do socialismo realmente existente, lastro pesado sobre as asas das alternativas que só pediam o direito de voar.

Evitar a tentação do “marco zero”: a história não recomeça do nada. É necessário refletir sobre os que, no passado, imaginaram alternativas às correntes socialistas que se afirmaram, afinal como hegemônicas. E recuperar igualmente os que sentiram o desconforto de um poder que parecia animado de um moto-próprio, em sentido contrário às utopias desejadas. Os debates russos dos anos 20, os primeiros momentos da Revolução Cultural chinesa, quando ela ainda não se tinha convertido numa caricatura de si mesma, os questionamentos introduzidos pelo Che Guevara. E as tentativas do ano mais longo, de 1968, e a seqüência das críticas e questionamentos que se ainda hoje se inspiram deste manancial de referências¹⁶

Estudar com rigor as circunstâncias políticas, sociais e econômicas, já que as pessoas são “elas, e mais as suas circunstâncias”, evitando a tradição de

16 Cf. G. Dreyfus-Armand e L. Gervereau, orgs., *Mai 1968, Les mouvements étudiants en France et dans le Monde*, Nanterre, 1988; L. Ferry e A. Renault, *Pensamento 68*, Ensaio, 1988.

uma certa “história das idéias”, que as encadeia alegremente numa atmosfera rarefeita, de onde estão excluídos o espaço e o tempo. E compreender as tradições históricas das sociedades, em cujos horizontes se movem as inovações, tentando ampliar e redefinir as possibilidades de transformação.

O rio do tempo hoje, do ponto de vista do assunto que nos ocupa, têm duas margens mais frequentadas. A dos gestores, a propósito de quem, a rigor, não se pode nem mais falar que sejam reformistas, porque não passam de administradores e anseiam apenas chegar ao, e obter o reconhecimento do, poder. A dos anacrônicos, que se agarram aos modelos envelhecidos, e imaginam estar nas catacumbas, mas vivem em ghettos, e lá ficarão pelo fim dos tempos.

É possível que exista uma terceira margem: estreita, arriscada, não conformista, crítica, revolucionária. É para esta, sem nenhum messianismo, que está convidada a atenção dos espíritos críticos do nosso tempo.

Conferência apresentada em 19/7/1993.